



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Comunicação à Nação de Sua Excelência Filipe Jacinto Nyusi,  
Presidente da República de Moçambique, no âmbito do Balanço  
de Médio Termo, no contexto da Pandemia da COVID-19.

Maputo, 27 de Agosto de 2021

## **Moçambicanas e Moçambicanos!**

Há sensivelmente duas semanas, no passado dia 15 de Agosto, anunciámos que o nosso país estava a sofrer o impacto da terceira vaga da pandemia da COVID-19. Dissemos que esta nova vaga se estava a revelar mais grave que as duas anteriores.

O que se passava nessa altura em Moçambique, era o que acontecia em todo o nosso continente. A gravidade desta terceira onda em África tem sido, entre outros factores, associada à emergência e rápido alastramento de múltiplas variantes deste vírus mais transmissíveis.

Apontámos, na altura, que em várias províncias do nosso país, o Sistema Nacional de Saúde estava sendo pressionado muito perto do limite da sua capacidade de resposta.

Apelamos, na ocasião, à consciência de cada um dos nossos compatriotas para a continuação da observância das medidas de prevenção e combate à COVID-19, com vista ao abrandamento da transmissão do novo coronavírus.

Assumimos, igualmente, o compromisso de fazer a monitoria da situação epidemiológica da COVID-19 no nosso país, após 15 dias.

## **Compatriotas!**

Com as medidas de restrição em curso no país, notamos o alto nível de consciência por parte da maioria dos moçambicanos. Podemos afirmar que, nos últimos dias, embora de forma tímida, são visíveis os resultados dessa contenção.

Nos últimos 15 dias, a taxa de positividade nacional reduziu de 27% para 18%; a taxa de ocupação de camas reduziu de 28% para 14%, e o número semanal de óbitos reduziu de 166 para 78.

Apesar desta redução, ainda nos preocupam as perdas humanas de moçambicanos.

Há 3 semanas consecutivas que o país regista uma redução do número de casos, internamentos e óbitos, contudo não é ainda motivo de pensarmos que estamos perante o fim da pandemia.

Podemos estar a nível nacional a atingir o pico, e estamos optimistas que, com o nosso comprometimento individual e colectivo, esta tendência poder-se-á manter nos próximos tempos.

Como dissemos, os sinais positivos que estamos a verificar, expressam o resultado do esforço e entrega de todo o Povo Moçambicano.

Queremos, por isso, congratular os moçambicanos por terem mais uma vez consentido sacrifícios no cumprimento das medidas de restrição em vigor, cujos resultados são bem visíveis, sacrifícios que temos de aceitar que poderão durar mais tempo.

Saudamos, de forma particular, a postura responsável dos cidadãos que têm denunciado às autoridades competentes a realização de eventos em violação das medidas de restrição decretadas.

Os dados que referimos são encorajadores, mas é preciso ter em conta que os indicadores da pandemia ainda são superiores aos reportados antes do início da terceira vaga.

Por esta razão, queremos deixar aqui bem vincado que não estamos a proclamar nenhuma vitória final. Estamos, sim, a reconhecer a entrega e o sacrifício colectivo que tem sido demonstrado por todos nós.

Da análise que fazemos, podemos afirmar que a tendência favorável da pandemia no nosso país não é homogénea em todas as províncias.

As províncias de Zambézia, Nampula, Niassa e Cabo Delgado apresentam uma situação preocupante com gravidade acentuada nas províncias de Nampula e Cabo Delgado.

Este padrão heterogéneo da transmissão no nosso país é indicativo de que não podemos baixar a guarda e que a terceira vaga ainda não terminou.

Na região da SADC, todos os países já alcançaram o seu pico e os nossos vizinhos, tal como nós, observam com cautela os avanços alcançados nos últimos dias.

### **Moçambicanas e Moçambicanos!**

Como forma de acelerar a prevenção da Covid-19 no país, assumimos o compromisso como Governo, de vacinar o maior número possível de moçambicanos. A vacinação não é apenas um meio para salvar vidas.

É também um modo de mitigar o impacto negativo da pandemia nos sectores sócio-económicos.

Assim, a vacinação contra a COVID-19 já mostra resultados significativos na prevenção contra as formas graves da doença nos grupos de maior risco e vulnerabilidade.

A vacinação em massa, em curso, vai ser gradualmente alargada para mais grupos. Estaremos em condições de, por um lado, reduzir o impacto sanitário da COVID-19 e, por outro, evitar medidas de restrição mais severas em futuras ondas.

A vacinação em massa, lançada no dia 4 de Agosto, está sendo caracterizada por uma grande afluência aos postos de vacinação e permitiu vacinar cerca de 1 milhão e quatrocentas mil pessoas, o que representa a superação da meta definida em mais de 100 por cento.

Assim, desde o mês de Março, o país já vacinou, cumulativamente, cerca de 1 milhão e oitocentas mil pessoas, das quais cerca de seiscentas e sessenta mil pessoas estão completamente vacinadas, isto é, tomaram doses completas.

No âmbito da campanha em curso, iniciou esta semana a administração da segunda dose para aqueles que receberam vacinas de duas doses. Por isso, apelo à adesão massiva para a toma da última dose na data que consta no cartão de vacinação.

Esta segunda dose é aquela que confere protecção máxima contra as formas mais graves da COVID-19.

Em breve, deverá iniciar a terceira fase da vacinação que irá abranger as pessoas com mais de 40 anos de idade, nas zonas rurais, e com idade entre 40 a 50 anos, nas zonas urbanas.

Relembramos que a vacinação não protege apenas a pessoa vacinada, mas também contribui para proteger as pessoas que o rodeiam e protege, também, o Sistema Nacional de Saúde e a economia.

Para ilustrar o impacto da vacina, nos últimos 15 dias, dos **179 óbitos** registados, **172** não tinham vacinado, **3** não completaram as doses e apenas **4** estavam completamente vacinados o que representa **2.2%** dos vacinados e todos com comorbilidades sendo as mais comuns a hipertensão e diabetes e na faixa etária dos **51** aos **61** anos.

Queremos voltar a chamar atenção, mais uma vez, para a lamentável situação de compra e venda de cartões de vacinação. Este tipo de conduta não tem outro nome senão este: trata-se de **um crime**.

Mais do que uma falsificação, está a colocar em causa a saúde e a vida de todo um povo. Exortamos à sociedade em geral, para redobrar acções de vigilância e denúncia destes actos que visam pôr em causa todo o esforço em prol da saúde do nosso povo.

### **Compatriotas!**

Conforme dissemos, nas últimas semanas, o país registou uma diminuição do nível de transmissão. A avaliação dos indicadores de monitoria mostra que passamos do nível 4 para o nível 3 de alerta.

Assim, tendo em consideração que:

**UM**, o país já alcançou o pico da terceira vaga e passou para o nível 3 de alerta, mas com um número ainda significativo de casos, internamentos e óbitos;

**DOIS**, a necessidade de se consolidar os ganhos alcançados até ao presente momento;

**TRÊS**, a necessidade de prevenir uma re-aceleração demasiado cedo da transmissão; e

**QUATRO**, a necessidade de cumprir com o princípio de gradualismo, sempre equilibrando o binómio *saúde e a economia*;

Com base nas conclusões da Comissão Técnico-Científica para a Prevenção e Resposta à Pandemia da COVID-19, o Governo e outras sensibilidades de interesse nacional, decidimos manter as medidas do Decreto n.º 56/2021, de 13 de Agosto de 2021, por um período de 30 dias, com as seguintes **alterações**:

1. Mantém-se o recolher obrigatório, passando a vigorar das 22:00 horas às 4:00 horas, quando o limite anterior era às 21:00 horas, em todos locais onde actualmente esta medida vigora;

2. É autorizada a retoma das aulas presenciais nas instituições de Ensino Primário, Secundário, Técnico Profissional, Formação de Professores, Formação Profissional e Ensino Superior em todo o país;

No entanto, dependendo da evolução epidemiológica ou da capacidade de cumprir as medidas de prevenção recomendadas, instituições de ensino ou regiões do país, podem interromper as suas actividades lectivas presenciais ou iniciá-las *a posteriori*. Para a tomada destas medidas, as instituições envolvidas necessitam da devida autorização do órgão de tutela a nível central, nomeadamente ministérios ou secretarias de Estado.

3. O horário de funcionamento dos centros comerciais é das 9:00 horas às 18:00 horas, de Segunda-feira a Sábado (quando antes encerravam às 16:00 horas) e das 9:00 horas às 17 horas, aos Domingos, feriados e dias de tolerância de ponto (quando antes encerravam às 15:00 horas).
4. Os demais estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços, passam a adoptar o horário de funcionamento das 9:00 horas às 18:00 horas (quando antes encerravam às 16:00 horas), mantendo-se encerrados aos Domingos, feriados e dias de tolerância de ponto.
5. É estendido o horário de funcionamento dos serviços de restauração, *take away* e serviços de entrega ao domicílio das 6:00 horas até às 20:00 horas, quando antes encerravam às 18:00 horas.

Neste contexto, importa ressaltar que, nos casos dos estabelecimentos de restauração, onde a regra dita que a lotação máxima por mesa não deve exceder 4 pessoas, o importante é que esta medida seja cumprida observando o distanciamento interpessoal de 1 metro e meio.

6. É estendido o horário de funcionamento de padarias e pastelarias, incluindo lojas de conveniência, que passam a funcionar das 06:00 horas às 19:00 horas, quando antes fechavam uma hora antes, isto é, às 18:00 horas;
7. É retomado o horário normal para o funcionamento das instituições públicas, que é das 7H30 às 15H30;
8. É autorizada a abertura dos ginásios das Classes Polivalente e de Grande Dimensão, com uma lotação que não deve exceder 25% da sua capacidade máxima; e os ginásios da Classe de Média Dimensão, com uma lotação que não deve exceder 10% da sua capacidade máxima, permanecendo encerrados os da Classe de Pequena Dimensão;
9. É autorizada a abertura de casinos; e
10. São autorizadas as reuniões em instituições públicas e privadas num máximo de 25 e 50 pessoas, quando anteriormente o máximo estava fixado em 15 e 30 pessoas, em espaços fechados e abertos, respectivamente, não excedendo 20% da capacidade do local.
11. Todas estas medidas, que devem ser aplicadas em estrita observância das medidas de prevenção e combate da COVID-19, entram em vigor a partir das Zero Horas, do dia 28 de Agosto de 2021.

### **Compatriotas;**

Este início de alívio das medidas não pode, nem deve ser confundido com o fim da pandemia. Num contexto em que ainda circula uma variante altamente transmissível, existe um grande potencial de re-aceleração da transmissão. Esta amarga experiência está a ser vivida em vários países em todo o mundo.



Aprendemos com as ondas anteriores qual é o preço que todos temos que pagar pelo incumprimento das medidas de prevenção. Por isso, nunca é demais, apelar para que não se confunda este abrandamento com o relaxamento.

É bom que não se pense que apenas por termos agora melhores indicadores não pode haver, já a seguir, um agravamento da transmissão da COVID-19. É por isso, caros compatriotas, que o alívio das medidas não pode ser confundido com o desleixo. E o desleixo, já sabemos, paga-se com dor, paga-se com luto, paga-se com a economia e com o nosso bem-estar social.

Tal como estamos a fazer hoje, nos próximos dias, continuaremos a reavaliar a situação epidemiológica e analisar que medidas de contenção devem ser agravadas ou atenuadas, tendo em conta as diferenças do contexto geográfico onde a pandemia se manifesta de forma diversa.

Todos vamos colaborar para que brevemente, voltemos aos cultos, aos teatros, cinemas, ao desporto e mais actividades porque fazem parte da nossa forma de viver .

Exortamos todos os nossos compatriotas para que continuemos a intensificar as acções de sensibilização dirigidas a todos e a cada um de nós. Temos que evitar os eventos sociais privados. Temos que reduzir as viagens que não sejam essenciais.

Exortamos, ainda, para a necessidade de reforçarmos, em conjunto com as autoridades, as acções de fiscalização, cabendo a estas estabelecer com celeridade as sanções em forma de multas para os incumpridores das medidas.

O modo como fomos capazes de conter esta última vaga prova aquilo que já havíamos constatado antes: nesta luta, não existem dois lados. Não existe, de um lado, as autoridades e, do outro, os cidadãos.

Estamos juntos numa mesma batalha que só é vencida se cumprirmos todos da mesma maneira. Basta que haja um pequeno grupo a não cumprir para comprometer uma conquista colectiva. Essa conquista chama-se Vida. Essa conquista chama-se o futuro e o bem-estar de todos os moçambicanos.

Obrigado pela atenção dispensada.